

UM MUNDO FORA DO ARMÁRIO: políticas públicas para a população LGBT por uma garantia de igualdade de direitos

Fernanda Mayara dos Santos*
Vera Lucia Neves**

JUSTIFICATIVA

Este estudo é uma pesquisa sobre o histórico do movimento homossexual brasileiro, tendo como foco principal a análise das interferências que as ações do movimento impactaram na ampliação da cidadania, e a avaliação da política pública constituídas pelo Estado, a fim de atender os anseios de homossexuais e também de pessoas que são favoráveis ao combate à homofobia¹. Ao seguir do estudo, utilizarei o termo LGBT ², para me referir ao movimento homossexual.

Para se compreender sobre a homossexualidade, é necessário compreender sobre a sexualidade humana, ou melhor, sobre a diversidade de sexualidade humana. Segundo Toniette (2006) ao longo da história, nas diferentes sociedades e culturas, a atração afetivo-sexual entre pessoas do mesmo sexo sempre existiu e nem sempre era tachada como doença, ou até mesmo indesejada, visto que a homossexualidade sobre um olhar histórico tinha um status privilegiado na Grécia Antiga, onde meninos entre 12 e 20 anos passavam para a vida adulta através da forma de pederastia³, havendo então, uma transmissão de educação e valores aristocráticos repassados de geração em geração. Segundo Foucault (1998), não havia negatividade, preconceito em relação àqueles que sentiam atração afetivo-sexual por uma pessoa do sexo oposto, do mesmo sexo, ou ambos, mas sim com aquelas pessoas que tinham um comportamento passivo diante dos prazeres, pois o homem que não tem domínio de seus prazeres, não for ativo e não tiver domínio de si, e independente do objeto sexual que escolhessem, era considerado feminino, que consequentemente carregavam consigo signos tradicionais sobre a feminilidade,

¹(POCAHY, 2007) A expressão homofobia vem sendo utilizada largamente no contexto dos movimentos glbt, no que diz respeito ao ódio e a aversão aos homossexuais e a todas as outras manifestações das sexualidades não hegemônicas.

²(MONTAÑO;DURIGUETTO, 2011) A sigla LGBT foi considerada para representar esse movimento, sendo antes GLS (gays, lésbicas e simpatizantes), em seguida GLBT (gays, lésbicas, bissexuais e transgêneros) e por final LGBTQ (lésbicas, gays, bissexuais, transexuais e transgêneros), que sofreu mudança em decorrência da luta das mulheres lésbicas que reivindicação a invisibilidade no seio do movimento, e que somente na Primeira Conferência Nacional GLBT de 2008 que o termo começou a ser usado como LGBTQ.

³Homem adulto que tem admiração (não necessariamente atração sexual), e prática sexual com meninos, ou adolescentes na sua fase de puberdade.

*Aluna de Graduação em Serviço Social pela Faculdade União de Campo Mourão – UNICAMPO.

**Mestranda em Serviço Social e Política Social pela Universidade Estadual do Paraná – Unespar. Docente do curso de Serviço Social na Faculdade União de Campo Mourão – UNICAMPO.

como recusa de atividades, indolência e preguiça, evidenciando assim a desigualdade entre gêneros, colocando o feminino em tributos inferiores.

Conforme Spencer (1999), mais adiante na Europa Medieval, a igreja e o Estado sacralizaram a sexualidade e estabeleceu a heterossexualidade como modo ideal a ser seguido. Com a reforma puritanista em meados de 1700, todos os homens que mantinham relações afetivo-sexuais com outros homens eram considerados criminosos, havendo então um período homofóbico, onde homens que não tivessem práticas que levassem a reprodução eram traidores e assassinos.

Segundo Behring e Boschetti (2008), a concepção de políticas sociais supõe sempre uma perspectiva teórico-metodológica, que tem relação com perspectivas políticas e visão social de mundo. O surgimento das políticas sociais acontece de forma gradual e diferenciada entre países, dependendo muito dos movimentos de pressão e organização de classe.

O movimento LGBT tem toda uma trajetória, onde sempre buscavam a garantia plena de direitos dentro de uma sociedade que discrimina de forma cruel. Segundo Macrae (2011), com a vinda do nazismo e do estalinismo, toda a militância homossexual chegou ao fim até que fosse concluída a II Guerra Mundial, sendo retomada então a campanha por direitos para homossexuais somente em 1948, onde se formou nos Estados Unidos uma organização chamada Mattachine Society. Essa organização visava integrar os homossexuais na sociedade, e devido à grande rejeição, começou a surgir em outros países grupos similares a este, porém, no final da década de 1960 surgiu o Gay Liberation Front, nos EUA, tendo como marco simbólico de seu aparecimento, a revolta de Stonewall, um bar gay, considerado como ponto de partida da liberação gay, localizado em Greenwich Village, bairro de Nova York.

Conforme cita Montañó e Duriguetto (2011), em maio de 1968 aconteceram muitos atos revolucionários, havendo uma oposição intensa e insistente da população que superou barreiras culturais, étnicas, etárias e de classe. Houve muitos questionamentos e reivindicações na defesa do exercício da livre sexualidade, onde se quebravam os paradigmas sobre sexualidade e formavam-se comunidades alternativas com um novo estilo que derrubasse barreiras do “masculino/feminino”, tendo como palavra de ordem “é proibido proibir”, sendo esses atos os determinantes para a organização e desenvolvimento do grande movimento

de lésbicas, gays, bissexuais, transexuais e transgêneros (LGBT. Segundo Macrae (2011), em 28 de junho de 1969, houve uma luta violentíssima entre gays e policiais durante três dias, a partir desse fato, os gays começaram a assumir sua condição e os movimentos foram aumentando de forma extraordinária.

Segundo Montañó e Duriguetto (2011), entre os anos 1970 e 1980 que a maioria da esquerda considerava gays e lésbicas como de "natureza menor". Logo que o movimento LGBT se ampliou, há um grande aumento do preconceito, e muitas reações de ataques contra os homossexuais que decorre do surgimento da epidemia da AIDS (Síndrome da imunodeficiência adquirida), passando a ser considerado pelos setores conservadores da sociedade como uma peste gay.

O Programa Brasil sem Homofobia (2004), diz a respeito ao início da década de 1980, que assistimos no Brasil um fortalecimento na luta pelos direitos humanos LGTB. Onde inúmeros grupos espalhados em todo território nacional ganham força e vem se expressando em diversos momentos comemorativos, tal como O dia Mundial do Orgulho LGBT, onde se destaca a grande realização das Paradas de Orgulho LGBT, que mobiliza milhões de pessoas em diversas partes do País, sendo consideradas manifestações extraordinárias, de grande importância, no âmbito de política de massa nesse início de milênio no Brasil.

Conforme descrito no Programa Brasil sem Homofobia, a implantação do programa apresenta um conjunto de ações destinadas a promoção do respeito, a diversidade sexual e ao combate as várias formas de violação dos direitos humanos de LGBT, onde tendo como co-autores da implantação das ações, os Ministérios e Secretarias do governo federal que assumem papel importante de estabelecer e manter a política em relação aos homossexuais, fazendo com que garanta a promoção da aceitação e do respeito a diversidade e mudança comportamental da sociedade brasileira em relação aos LGBT .

Segundo o Programa Brasil sem Homofobia (2004), há varias classificações de homossexualidade, segundo o padrão de conduta e/ou identidade sexual ⁴, tendo a heterossexualidade no que não se engloba na homossexualidade, mais sim como padrão normativo de sexualidade na sociedade, sendo pessoas que sentem atração pelo sexo oposto, o padrão normativo de sexualidade, já a homossexualidade são

⁴(PROGRAMA BRASIL SEM HOMOFOBIA, 2004) Identidade Sexual é o conjunto de características sexuais que diferenciam cada pessoa das demais e que se expressam pelas preferências sexuais, sentimentos ou atitudes em relação ao sexo. A identidade sexual é o sentimento de masculinidade ou feminilidade que acompanha a pessoa ao longo da vida. Nem sempre está de acordo com o sexo biológico ou com a genitália da pessoa.

aqueles indivíduos que têm orientação sexual ⁵e afetiva por pessoas do mesmo sexo, a bissexualidade que são os indivíduos que se relacionam sexual e/ou afetivamente com qualquer dos sexos, onde alguns assumem as facetas de sua sexualidade abertamente, enquanto outros vivem sua conduta sexual de forma fechada, a transexualidade, são pessoas que possui uma identidade de gênero diferente daquela designada ao nascimento, onde tem desejo de ser aceito como sendo do sexo oposto, negando o sexo que ostentam anatomicamente, querendo fazer transição do sexo de nascimento para o sexo oposto, com ajuda medica ou terapia para o corpo, já os transgêneros são muito parecidos com os transexuais, onde possuem uma identidade de gênero diferente daquela do nascimento, porém não desejam assim como os transexuais, serem aceitos como sendo do sexo oposto, pois vivem em constante transição de gênero.

A grande luta pela cidadania produz e ainda produzirá muitos frutos, um desses frutos, conforme descrito no Programa Brasil sem Homofobia, é a homossexualidade estava na relação de doenças, e que em decorrência de grande luta em 1985 foi retirada pelo Conselho Federal de Medicina, e um pouco mais adiante, em 1999 foi determinado pelo Conselho Federal de Psicologia que nenhum profissional deve exercer alguma ação que favoreça a patologização de práticas ou comportamentos homofóbicos. É necessário que haja um fortalecimento no debate sobre direitos humanos, e a inserção sem discriminação dos LGBT na sociedade, visto que estes também têm direitos garantidos pela Constituição Federal de 1988.

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

- I - a soberania;
- II - a cidadania;
- III - a dignidade da pessoa humana;
- IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa;
- V - o pluralismo político.

Parágrafo único. Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição.

⁵Orientação sexual é a atração afetiva e/ou sexual que uma pessoa sente pela outra, embora tenhamos a possibilidade de escolher se vamos demonstrar, ou não, os nossos sentimentos, os psicólogos não consideram que a orientação sexual seja uma opção consciente que possa ser modificada por um ato da vontade.

Saberes Unicampo, Campo Mourão, v. 01, n.02, jan. – dez. 2015. Disponível em <http://faculdadeunicampo.edu.br/ojs/index.php/Saberesunicampo>

Art. 3º, inciso IV - promover o bem de todos, sem preconceito de origem, sexo, raça, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

Art. 5º, Inciso IV - é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato;

Art. 5º, Inciso X- são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurando o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação.

Diante disso, os movimentos sociais tem liberdade diante de preceito constitucional, para se expressar e se manifestar a favor do segmento que deseja seguir, visto que os sujeitos tem todo direito de se vestir e travestir, com direito de respeito a sua imagem e a sua vida privada, acabando com os estereótipos que a sociedade cria ao se tratar de um homem mais afeminado e da mulher masculinizada, que causa a grande discriminação da sociedade.

Segundo Mello (2012), ainda que avançado o processo legislativo, as políticas públicas voltadas para o combate à homofobia e a garantia dos direitos para a população LGBT, embora previstas em planos e programas do governo Federal, como, Plano Nacional LGBT, Programa Nacional de Direitos Humanos e Brasil sem Homofobia, são iniciais, pouco consistentes e até mesmo inexistentes. Grandes questionamentos surgem diante do processo de formulação e implementação de políticas públicas para o segmento.

De acordo com o autor, o primeiro marco no que diz respeito às demandas do movimento LGBT de políticas públicas, foi o Programa Nacional de Direitos Humanos dois (PNDH2), divulgado pelo Presidente da época, Fernando Henrique Cardoso, que trazia em suas ações a garantia do direito a liberdade, opinião e expressão, a orientação sexual, e garantia de igualdade dos LGBT, afirmando que os direitos dos homossexuais passaram a integrar a pauta das políticas publicas do governo Federal, visto que a primeira versão do PNDH pretendia-se atribuir aos direitos humanos o estatuto de política publica, mais não fazia nenhuma menção a população LGBT.

Ainda que previstas em lei, nenhum órgão de governo assumiu um conjunto de diretrizes para a formulação de políticas publicas e somente a partir do Governo Lula, em 2004 que começou a ser assegurado diversos direitos a partir de um conjunto de iniciativas, como a Criação do Programa Brasil sem Homofobia (BSH) - Programa de combate a Violência e a Discriminação contra GLBT e de Promoção da

cidadania Homossexual em 2004; A realização da I Conferencia Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais (GLBT) em 2008; O lançamento do Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais - PNDCDH-LGBT, em 2009; a Publicação do decreto que cria o Programa Nacional de Direitos Humanos 3 (PNDH 3), em 2009; a criação da Coordenadoria Nacional de Promoção dos Direitos de LGBT em 2010 e a Implantação do Conselho Nacional LGBT, em 2010, com a representação paritária do governo Federal e da sociedade civil. (MELLO, 2012).

E esses programas são reconhecidos pelo poder executivo, e também é reconhecida a necessidade de políticas públicas para a população LGBT, combatendo o preconceito, a discriminação e a exclusão, visto que esses têm conquistado grande espaço e direitos assegurados, mais haja vista que o poder executivo tenha que contribuir para a construção de cultura compromissada com os direitos humanos, cidadania e com a superação do preconceito e da discriminação.

OBJETIVO GERAL

Quais as políticas públicas voltadas para a população LGBT, e quais estão sendo de fato efetivadas?

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Trazer o conceito de Política Social.

Fazer um levantamento do histórico do movimento LGBT.

Quais as iniciativas foram implementadas para o segmento.

METODOLOGIA

Para a execução deste trabalho a metodologia utilizada será a de revisão bibliográfica a partir de fontes primárias, secundárias e terciárias, e pesquisa documental.

Segundo Lakatos e Marconi (1991, p.39):

O método é o conjunto das atividades sistemáticas e racionais que, com maior segurança e economia permite alcançar o objetivo – conhecimentos válidos e verdadeiros –, traçando o caminho a ser seguido, detectando erros e auxiliando as decisões do cientista.

De acordo com Gil (2008), a pesquisa documental se equipara muito a pesquisa bibliográfica, onde a diferença entre ambas está na natureza das fontes, enquanto a pesquisa bibliográfica se utiliza fundamentalmente de contribuições de diversos autores sobre um determinado assunto, a pesquisa documental vale-se através de materiais que ainda não podem ser reelaborados ou que ainda não receberam um tratamento analítico, visto que os documentos constituem fonte rica e estável de dados, tornando-se importante fonte de dados por sua subsistência ao longo do tempo.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BEHRING, E.R; BOSCHETTI, I. **Política social fundamento e história.** - 5.ed. - São Paulo: CortezHistoria, 2008.

BRASIL. Ministério da Justiça. **Programa Brasil Sem Homofobia.** – Programa Brasileiro de Combate à Violência e à Discriminação contra Gays, Lésbicas, Transgêneros e Bissexuais, e de Promoção da Cidadania Homossexual. Brasília, 2004.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição Da República Federativa Do Brasil De 1988.** – Brasília. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm> Acesso em: 20 maio. 2015 às 02h15min.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** - 4. ed. - São Paulo: Atlas, 2008.

FOUCAULT, M. **A historia da sexualidade 2: O uso dos prazeres.** 8. ed – Rio de Janeiro: Graal, 1998.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A.; **Metodologia científica.** – 2. Ed. – São Paulo: Atlas, 1991.

MACRAE, E. **Os respeitáveis militantes e as bichas loucas.** - Ed. Salvador: Edufba, 2011.

MELLO, L; BRITO, W; MAROJA, D. **Políticas Públicas para a população LGBT no Brasil: notas sobre alcances e possibilidades.** - Cadernos Pagu (39), 2012.

MONTAÑO, C; DURIGUETTO, M, L. **Estado, Classe e Movimento Social.** - 3. ed. - São Paulo: Cortez, 2011.

POCAHY, F. **Rompendo o silêncio: homofobia e heterossexismo na sociedade contemporânea.** - Porto Alegre: Nuances, 2007. Disponível em: <http://s3.amazonaws.com/academia.edu.documents/30426292/Livro_Rompa_o_Silencio.pdf?AWSAccessKeyId=AKIAJ56TQJRTWSMTNPEA&Expires=1432094576&S>

signature=hvNW6oV3sqfDyYxVv8o34MD2Nc4%3D&response-content
disposition=inline#page=26> Acesso em: 19 maio. 2015 às 20h15min.
SPENCER, C. **Homossexualidade: uma historia.** - 2.ed. Rio de Janeiro. Record, 1999.

TONIETTE, M. A. **Revista Brasileira da Sexualidade Humana: Um breve olhar histórico sobre a homossexualidade.** V.17. Ed.lglu – São Paulo – 2006. Disponível em:
<<http://pessoal.educacional.com.br/up/4660001/9842654/Revista%20Brasileira%20de%20Sexualidade%20Humana%20-%20volume%2017.pdf>> Acesso em: 20 maio. 2015 às 01h30min.

CRONOGRAMA

Atividade	Período							
	Mar	Abr	Mai	Jun	Ago	Set	Out	Nov
Revisão Bibliográfica	X	X	X	X	X	X	X	
Entrega do projeto definitivo	X							
Coleta de dados				X	X			
Análise dos dados						X	X	
Elaboração da versão do artigo							X	X
Apresentação para Pré-banca						X		
Revisão do texto							X	
Apresentação final								X